

Meios de Difusão de Informações Setoriais no Complexo Agroindustrial Canavieiro Nacional: Um Estudo Prospectivo e uma Agenda de Pesquisa.

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, onde é responsável pelas disciplinas de Formação Econômica do Brasil, História do Pensamento Econômico e Desenvolvimento Econômico e Social. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em História da Agricultura e dos Complexos Agroindustriais (GEPHAC) e do Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba/ SP – CEP 13.418-900. Tel.: (19) 3417-8731 / Fax: (19) 3434-5186. e-mail: cefvian@esalq.usp.br

Katty Corrente

Graduanda de Ciências Econômicas da ESALQ USP. Foi Estagiária na área de Economia de Empresas e História Econômica, sendo orientada pelo Prof. Carlos E. F. Vian. E-mail: kattycarol@uol.com.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo central mostrar as mudanças ocorridas nas formas de difusão de informações sobre e para o Complexo Canavieiro após a sua desregulamentação nos anos 1990, analisando como isto se relaciona com as mudanças nas formas de tomadas de decisões nas empresas deste segmento e com a nova estrutura competitiva. Estas mudanças também impactaram a pesquisa acadêmica sobre este segmento, dificultando a obtenção de informações estatísticas e empresariais.

O Complexo Canavieiro foi controlado por cerca de 60 anos por um órgão estatal, o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), visto que o setor tinha dificuldades para se auto-regular. Neste período as informações estatísticas, leis resoluções, estudos científicos, entre outros, eram veiculadas através da revista “Brasil Açucareiro” e do “Anuário Açucareiro”.

Com a desregulamentação do setor, verificou-se uma sensível expansão de outros meios de difusão de informações, sendo que em sua maioria são elaborados por empresas privadas e entidades de classe. Desta forma, pretende-se analisar como estas mudanças afetaram o tipo de informações divulgadas para o setor e como impactaram na pesquisa acadêmica sobre este segmento produtivo importante na economia brasileira.

Palavras-chaves: Cana-de-açúcar, açúcar, álcool, Desregulamentação, Mudanças Institucionais, Informações estatísticas, Resoluções, estudos científicos.

Abstract: The central purpose of the following study is to understand the changes occurred in the printed media toward to the sugar cane sector after its deregulation, in the beginning of the 90's, analyzing how this is relationated with the changes in the decision-making of the enterprises in this segment and with the new competitive structure. Also, those changes affected the academic research about this market, making difficult the obtention of statistics and business informations.

The sugar cane complex was commanded by a governmental organism, the Sugar and Alcohol Institute (IAA) for almost 60 years due to the difficults of the sector to be self-regulated. During this period the information were transmitted by publications like “*Brasil Açucareiro*” and “*Anuário Açucareiro*”, which articles based on researches and idealized by specialists providing important information to several agents involved in the process.

With its deregulation, we could verify a sensitive expansion of publications in the majority provided by privated enterprises class-entities. Therefore, this present study intends to analyze this change, its implications in the sector and to the academic research about this important productive segment in the Brazilian's economy.

Key-words: Sugar cane, Deregulation, Printed Media, Institutional Changes.

Introdução

A literatura sobre a história e a dinâmica econômica do Complexo Agroindustrial canavieiro é muito ampla e, poderíamos dizer, uma das mais completas sobre um segmento produtivo específico no Brasil. Em parte isto se deve ao fato de que o mesmo ter sido fruto de ampla intervenção estatal e por isso ter dados publicados oficialmente por um longo período.

Este texto tem o objetivo de contribuir para esta literatura, mostrando os resultados de uma pesquisa histórica sobre as formas de difusão de informações (revistas, anuários e respectivos conteúdos) neste setor.

O texto deixará claro quais os principais periódicos que já foram e ainda são editados, conteúdo das informações veiculadas em cada um e respectivo público alvo, sua periodicidade e qual seu papel na dinâmica concorrencial e difusão de informações para o setor.

Em seguida serão listados e analisados os casos dos sites criados nos últimos anos para a geração de informações para o setor. Estes casos deixam claro como há uma mudança de objetivo entre as publicações do Instituto do Açúcar e do Alcool e as de empresas privadas que editam revistas e jornais informativos e mantêm sites com conteúdo voltado aos agentes do Complexo Agroindustrial Canavieiro e respectivos Campos Organizacionais.

A primeira parte do texto será dedicada a uma revisão de literatura sobre a história do Complexo Agroindustrial Canavieiro, ressaltando como o IAA foi importante como difusor de informações e pesquisas para as empresas do setor.

No item 2 descreveremos as publicações do IAA, Anuário e Brasil Açucareiro, destacando o conteúdo de cada uma, perfil dos autores, propaganda e público alvo. Em seguida analisaremos as novas publicações, com destaque para os sites mantidos por empresas privadas, que tem por objetivo mesclar o acesso às informações com o marketing das empresas do setor e de seus clientes e fornecedores, mas que não divulgam mais informações importantes do ponto de vista estratégico, como leis, estatísticas confiáveis, artigos científicos, etc.

Podemos adiantar que a função de gerador e difusor de informações e estatísticas confiáveis pelo Estado não se manteve depois da Extinção do IAA, tendo sido assumida pelas associações e sindicatos de produtores, mas com circulação restrita aos agentes do setor. Algumas empresas privadas também exercem esta função, mas com baixo nível de confiança nos dados, com periodicidade irregular e pouca riqueza de informações.

I. Pressupostos, Relevância e Metodologia

O estudo foi efetuado a partir de pesquisas nos acervos históricos de periódicos do Instituto do Açúcar e do Alcool existentes nas bibliotecas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) e em sites de empresas privadas que geram informações para o setor. Temos como principais publicações encontradas nas bibliotecas o Anuário Açucareiro e o Brasil Açucareiro. Publicações como Jornal Cana e Informativo UNICA, são encontradas em acervos particulares, pois são publicações comerciais e institucionais, voltadas para levar informação aos assinantes dos mesmos. Já os sites são idealizados pelas instituições e associações do complexo canavieiro, tornando-se, desta forma, de fácil acesso para o público em geral.

O texto parte de uma ampla revisão bibliográfica sobre o setor, partindo da fase de regulação Estatal, passando pela desregulamentação até chegar à era do livre mercado.

II. Breve Panorama do papel do Estado e da Evolução do Complexo Canavieiro.

A produção de açúcar foi importante fonte de geração de renda nos primórdios da época colonial, tendo se concentrado na zona da mata nordestina. Esta cultura foi superada em importância pela mineração, café e outros produtos, mas o açúcar sempre se manteve entre os principais produtos de exportação do Brasil (Vian, 2003; Ramos, 1999; Ramos, 1983; Szmrecsányi, 1979).

A concorrência das Antilhas e de outros países produtores gerou as primeiras tentativas de modernização da cultura no Brasil através da política de implantação dos engenhos centrais. Esta iniciativa foi mal sucedida no nordeste por que contrariava os interesses dos senhores de engenho e incentivava a separação da produção agrícola e industrial, subordinando os agricultores aos interesses da agroindústria processadora de capital internacional. Os senhores de engenho relutam em perder poder, transformando-se em meros fornecedores de cana (Vian, 2003; Ramos, 1999).

A modernização ocorreu via implantação de “usinas”, cujos proprietários eram os senhores de engenho no Nordeste e agricultores oriundos do café em São Paulo. Desta forma o Complexo Canavieiro se modernizou, ganhou escala e manteve sua característica de integração para trás (Vian, 2003, Ramos, 1999; Queda, 1972; Gnaccarini, 1972).

A conjuntura setorial no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi de crise. O setor esteve sujeito à superproduções, concorrência acirrada no mercado internacional e necessidade de coordenação entre os vários agentes. Nesta fase começava a ficar evidente o poder de pressão da classe produtora, que conseguiu que o Estado adotasse políticas que eram de seu interesse e que defendiam a produção integrada de açúcar e garantiam a renda. Também ficou claro que os agentes não conseguiam manter uma autogestão e que ganhava mais quem tinha acesso às informações de mercado, os comerciantes refinadores do Centro-Sul.

Em 1905 criou-se a Coligação Açucareira de Pernambuco que foi coordenada por comerciantes liderados pela empresa Mendes Lima & Cia (Eisenberg, 1977), com o objetivo principal de enfrentar as crises de superprodução com a exportação de excedentes e com a formação de estoques reguladores (principalmente de açúcar bruto ou mascavo). Deste modo, a Coligação controlava as vendas, estabelecia cotas de comercialização, financiava a estocagem e concedia subsídios aos produtores para a exportação. A opção pela exportação era uma tentativa de contrabalançar o poder de negociação dos refinadores e comerciantes do Sul e Sudeste que dominavam o mercado interno de açúcar refinado¹ e tinham acesso às informações necessárias para planejar suas compras e vendas.

Em 1906, a Coligação de Pernambuco conseguiu o apoio dos produtores da Bahia, de Alagoas e de Campos (RJ), tornando-se a Coligação Açucareira do Brasil. Desta maneira, os preços do açúcar foram mantidos em patamares artificialmente elevados até 1907. a safra 1908/09 as refinarias do Rio de Janeiro fecharam acordos com as usinas de Campos e conseguiram preços menores do que os estabelecidos pela Coligação. “*Os armazenadores de Recife logo saíram das fileiras e venderam a preços inferiores aos esperados*” (Eisenberg, 1977, Pág. 52). Alguns usineiros e comerciantes tentaram expandir as exportações com incentivos fiscais, mas não conseguiram. Deste modo, o preço interno

¹ Os líderes da Coligação afirmavam que “não basta saber produzir, é preciso saber vender” (Gnacarrini, 1972).

caiu e a Coligação fracassou². Estes acontecimentos deixam claro que a falta de informações sobre safras, preços e consumo, faziam com que o comportamento oportunista fosse a regra.

A Coligação pode ser considerada como a primeira tentativa dos usineiros de se auto-organizarem e gerirem as transações relativas à produção e comercialização do açúcar no Brasil e de conciliarem os seus interesses. Mas a autogestão dependia da cooperação voluntária de produtores, agentes comerciais e armazenadores, todos com interesses comerciais e regionais conflitantes. Isto impunha uma ameaça constante de desintegração dos acordos comerciais e produtivos. Esta característica marca o comportamento dos agentes do setor até os dias de hoje, quando se tenta uma ação coletiva, sempre há ações oportunistas, que são facilitadas pelo grande número de empresas e pela dificuldade de se ter informações precisas sobre o comportamento do mercado. O exemplo mais recente é o do rompimento do acordo do álcool com o governo federal no início de 2006.

Pode-se dizer que Coligação do Açúcar fracassou porque não conseguiu se auto-impor (enforcement), como instituição, fazendo com que os empresários seguissem as condutas previamente estabelecidas. A Coligação falhou na geração de incentivos à cooperação entre os agentes e no estabelecimento de punições para aqueles que não seguissem as regras, isto ocorreu porque o consenso entre os agentes era frágil e o Estado ainda não tinha mecanismos eficientes de intervenção setorial. O Complexo estava dividido entre os interesses do Nordeste com a exportação e abastecimento do sul e os interesses das usinas que estavam surgindo nesta região. Assim, percebe-se que o Campo Organizacional do Nordeste e de São Paulo tinham dinâmicas diferentes e eram conflitantes.

O planejamento e a intervenção estatal na produção de açúcar e álcool foram paulatinamente implantados por solicitação dos próprios produtores, sendo cogitados antes da Primeira Guerra Mundial, quando se tornaram nítidas a retração das exportações e a significativa perda de importância do açúcar no comércio exterior do país e visava controlar as constantes superproduções.

No final dos anos 20, a agroindústria canavieira nacional defrontou-se com novos conflitos entre usineiros, donos de pequenos engenhos, fornecedores e refinadores/comerciantes. Esta situação se agravou no final da década com a superprodução e a queda das vendas externas ocasionadas pela Grande Depressão. Os preços caíram vertiginosamente e as condições do mercado foram agravadas por uma estrutura de comercialização dominada por grandes comerciantes e refinadores que especulavam com a crise para obter maiores margens de lucro. *“Devido a tais fatos, a agroindústria canavieira do Brasil encontrava-se, no início da década de 30, em uma situação particularmente vulnerável: sua crescente produção não conseguia escoamento para o exterior e enfrentava um consumo interno em declínio devido à recessão geral da economia brasileira provocada pela crise de 29 e pela derrocada do setor cafeeiro.”* (Szmrecsányi, 1979, Pág. 168).

A crise do café afetou a produção de açúcar também pelo lado da oferta, sendo que os cafeicultores paulistas optaram pela cana como uma forma de diminuir os prejuízos com a conjuntura externa desfavorável. Iniciou-se o período de rápida expansão da produção açucareira paulista e surgiram os primeiros conflitos de interesse com os produtores nordestinos.

² Eisenberg (1977) demonstra que houve uma tentativa malsucedida de reorganização da Coligação do Açúcar de Pernambuco em 1909.

Esta crise não poderia ser resolvida apenas pelos produtores, porque os interesses eram por demais conflitantes. O Nordeste não desejava perder o mercado interno de açúcar (Centro-Sul) e os paulistas entraram neste segmento com vantagens competitivas fortes por estarem próximos do mercado consumidor (cidades do Rio de Janeiro e São Paulo), e por poderem praticar preços mais baixos e por terem conhecimento e informações precisas sobre o mercado. O conflito entre os dois Campos Organizacionais ficou evidente. A substituição do mercado externo pelo interno no final da década de 20 trouxe grandes perdas aos Estados açucareiros do nordeste.

MARCO (1991) mostra que a partir daí ocorreu uma acirrada disputa política regionalista pelos mercados, no qual grupos de produtores se articulavam para fazer estímulos e subsídios do aparelho estatal. Ao mesmo tempo, foram formados grandes grupos de especuladores comerciais, nacionais e estrangeiros os quais conseguiram obter o apoio político do Estado.

Assim, o Estado foi chamado pelos usineiros para mediar o conflito e intervir na atividade. Este fato foi o marco de uma nova fase de intervenção governamental no setor, a qual se materializou com alguns dispositivos legais instituídos em 1931. A partir daí, o “Ambiente Institucional” do setor mudou e passou a ser marcado pela intervenção direta do Estado até a década de 90, quando se iniciou a fase de desregulamentação e liberalização das atividades.

Pode-se dizer que esta mudança institucional deveu-se à incapacidade de auto-organização dos agentes que tinham interesses conflitantes e que não conseguiam manter a estabilidade do mercado, não conseguiam formar um Complexo e nem Campos Organizacionais. Assim, o livre mercado funcionou enquanto a concorrência entre as regiões Centro-Sul e Nordeste não era direta, havendo certa complementaridade entre as mesmas. Quando a competição passou a ser frontal com o crescimento paulista, os agentes não se entenderam mais quanto a interesses comuns como a estocagem, financiamento e controle da produção. As crises e as quedas de preço passaram a ser sucessivas.

Em 1929, com a grande depressão mundial, o setor açucareiro não tinha uma situação diferente da que ocorria na economia mundial: uma crise sem precedentes se instaurou no complexo devido ao excesso de oferta e a desorganização no setor, fazendo com que os próprios produtores de cana-de-açúcar exigissem uma intervenção estatal na tentativa de sanar estes problemas. Isto se manifestava nas atas e discussões das associações de produtores e nos discursos publicados nos jornais (Vian, 2003).

No ano de 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool, que tinha como principal objetivo resolver a questão do excesso de oferta através do controle e do planejamento da produção, mediação de conflitos entre usineiros e fornecedores de cana e também da difusão de informações de mercado e técnicas, visto que os produtores não conseguiam fazer estas atividades de forma autônoma. (Belik, Vian e Ramos, 1998). Surgem aqui as publicações citadas no título deste texto.

Entre as medidas tomadas durante a década de 30 tivemos a proibição da montagem de novas usinas em todo o território nacional, o início do registro de todas as fábricas de açúcar, álcool e aguardente e o estabelecimento dos limites de produção.

Em 1941 foi estabelecido o Estatuto da Lavoura Canavieira que estreitava a relação entre fornecedores de cana e produtores de açúcar e álcool, desta forma a figura do fornecedor de cana tornou-se mais evidente e, conseqüentemente, uma cota de produção que lhe era destinada, dividindo, assim, os benefícios da política açucareira implementada pelo IAA entre os fornecedores e usineiros.

Com a 2ª Guerra Mundial, houve a necessidade de que o sistema de cotas e a proibição de construção de novas usinas fossem revistos. A crise do café no Centro-Sul gerou o aumento da produção nesta região, deslocando o centro dinâmico do Nordeste para o Sudeste. Uma outra causa foi a defasagem de produção em relação ao consumo e a dificuldade do transporte da região Nordeste para os mercados consumidores do Sul. Para que este processo ocorresse foi decretada a lei Nº 9827, na qual a cota era distribuída por consumo da região e não mais nacionalmente (Moraes, 2001).

A década de 50 foi o marco na expansão produtiva do Centro-Sul suprindo a demanda crescente e ampliando a agroindústria canavieira. A política de preços do IAA também facilitou a expansão desta região, já que os preços do açúcar nordestino eram maiores devido à distância entre a produção e os mercados consumidores.

Já na década de 60, com o incentivo à exportação de açúcar com programas como o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, o setor sofreu uma de suas piores crises, levando a criação da lei Nº 4870, que estabelecia que a região Norte-Nordeste tinha a prioridade na exportação para o mercado preferencial americano, o preço da cana passaria a ser calculado sobre um valor-base e o preço do açúcar sobre o custo-médio da produção regional.

A partir deste momento, em 1966 houve a criação do Decreto-Lei Nº 1974, que dividia o país em duas regiões açucareiras, a Nordeste e a Centro-Sul, as quais dependeriam da autorização do órgão pra qualquer transferência de açúcar entre das regiões.

No início dos anos 70 as principais ações foram o incentivo a exportação de açúcar, os programas de melhoria da produtividade e a racionalização da produção. Para tanto deu-se o Programa de Melhoramento da Cana de Açúcar (Planalsucar), relacionado ao aumento da produtividade agrícola, e do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, que tinha o intuito de melhorar a produtividade e modernizar o parque agrícola e industrial do complexo canavieiro. Neste momento tivemos um impulso nas exportações de açúcar, totalizando mais de 1,2 milhões de toneladas métricas, o que correspondia a 6% de todo o açúcar comercializado no mercado internacional (Szmrecsányi, 1979).

Até este momento as inovações técnicas do setor ficaram a cargo do Instituto Agrônomo de Campinas e dos órgãos de pesquisa vinculados ao IAA, como o Planalsucar. O Anuário Açucareiro e a revista Brasil Açucareiro eram os veículos de difusão destas pesquisas. O Planalsucar editava também relatórios de pesquisas com os resultados obtidos e que difundiam estudos sobre outros países produtores. Desta forma, a informação técnica e de mercado estava acessível a todos e permitia que as usinas pudessem incorporar as novas tecnologias com rapidez. Esta adoção dependia da iniciativa individual de cada empresário e era desigual. Isto pode ser percebido pelas diferenças de produtividade de cada empresa e entre as regiões produtoras. Mas a técnica estava disponível para todos. As publicações do IAA, em particular o Brasil Açucareiro, permitiam certa estabilidade concorrencial no setor, pois difundia informações e tecnologia. (Vian, 2003).

Nos anos 70 a Cooperativa Central dos Produtores de Cana de São Paulo (Copersucar), instalou em Piracicaba o Centro de Tecnologia Copersucar, com a finalidade de gerar novas variedades e tecnologias para seus associados. Inicia-se aqui a difusão mais restrita da informação e da tecnologia, pois a Copersucar defende os interesses de seus associados e o direito de propriedade dos mesmos sobre as inovações.

Nesta mesma década ocorreu o 1º Choque do Petróleo, que trouxe, entre outras conseqüências, o desequilíbrio no balanço de pagamentos e a alta na inflação. Para que estes problemas fossem solucionados, de tal forma que o país não dependesse mais de energia externa, foram adotadas medidas importantes como a adição de 15% de álcool à gasolina e a implantação do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, seguindo a mesma lógica de regulação vigente desde 1932.

Neste momento iniciou-se um conflito no setor: aqueles que apoiavam a produção de álcool anidro como regulador do açúcar, tal como a Copersucar e aqueles que apoiavam a produção de álcool hidratado como combustível, como a Sopral (Sociedade dos Produtores de Álcool), composta por empresários vindos de outros segmentos produtivos e que possuem uma outra racionalidade (Vian, 2003).

O Proálcool teve duas fases: a primeira iniciou-se com a adição de álcool à gasolina e o envolvimento da indústria automotiva na produção de carros à álcool (1975-1978) e a segunda, com início em 1979 é a da produção em larga escala do álcool hidratado, para ser usado em carros movidos com este combustível (Moraes, 2000).

Neste primeiro momento do Programa, no 1º Choque, o Proálcool enfrentou algumas dificuldades tais como a estrutura decisória fragmentada, distribuição e armazenagem de álcool, entre outros. Com a 2ª crise do Petróleo tentou-se reformular o programa e toda a política energética brasileira.

No início da década de 1980 o Proálcool estava totalmente implantado. Durante este período de total implementação e aceitação do programa, o Estado proporcionou estímulos à demanda para que as montadoras de automóveis suprissem a oferta de carros a álcool, tais como, preços menores do álcool frente à gasolina, os prazos mais longos para financiamento de automóveis a álcool, abertura dos postos no fim de semana para o abastecimento de carros a álcool, entre outros.

Em dezembro de 1980 notou-se a mudança do consumidor, sendo que a demanda pelos carros a álcool teve um aumento de 114%. Durante os anos de 1981 e 1982, porém a crise parecia assolar o setor, pois as notícias veiculadas unidas aos problemas tecnológicos dos carros movidos a álcool fizeram com que o governo tomasse algumas medidas para a retomada das vendas. Uma delas foi o Decreto-Lei Nº 1944, que isentava o IPI aos taxistas. No fim do ano de 1982, o mercado de álcool voltou a se estabilizar.

Em meados dos anos 1980 o debate sobre a regulação estatal foi muito acirrado. A Sopral era defensora de que as regras de comercialização fossem revistas. As críticas eram publicadas na Revista do Álcool. Nesta época as publicações do IAA foram extintas e deixaram um vazio na divulgação das estatísticas de safra foi sanado posteriormente, pois a divulgação se tornou restrita e os dados não estão mais disponíveis em publicações presentes nas bibliotecas das universidades e acessível ao grande público e aos pesquisadores.

A partir de 1988 as vendas de carros a álcool começam a declinar, sendo impulsionada pela crise de abastecimento de 1989, que gerou total incredulidade e desconfiança dos consumidores para com o álcool combustível (Azanha, 2000, Vian, 2003, Belik Ramos e Vian, 1998). Em 1990, Collor reconhecia a limitação do álcool como substituto dos derivados de petróleo, mas apenas da gasolina, mantendo desta forma a produção de álcool dentro de sua capacidade já instalada, de cerca de 16 Bilhões de Litros de álcool (Vian, 2003).

Com isto, o IAA começou a perder força dentro do setor, pois os produtores de açúcar e álcool visavam uma abertura de mercado, uma livre concorrência, sem imposição

de cotas de produção. Após as várias tentativas do Instituto em controlar esta crise, em 1990 o órgão já perdera função, dando início ao processo de desregulamentação do setor. Esta descentralização do complexo canavieiro deu-se em um momento crucial dentro da história do país, já que em 1988 tivemos a formulação de uma Constituição retirando o poder regulador do Estado.

A partir deste momento fortaleceram-se diversos órgãos privados, tais como a ÚNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo) e a UDOP (Usinas e Destilarias do Oeste Paulista). Estas associações viabilizaram a unificação do trabalho institucional, fortalecendo e permitindo esta nova forma de interlocução com o governo e a sociedade.

Como dissemos acima, no início dos anos 1990 notou-se claramente o esgotamento do modelo de intervenção estatal anteriormente existente (Azanha, 2000), considerando-se, principalmente as mudanças institucionais ocorridas no país no que diz respeito à consolidação do sistema democrático. Neste época vislumbrou-se o início da desregulamentação do setor. Como estabelecido pela Constituição de 1988, o Estado deveria ser um órgão somente indicativo enfraquecendo desta maneira o Instituto do Açúcar e do Alcool. Este novo sistema adotado refletia diretamente no ambiente organizacional, que passou a não ter uma entidade representativa e unificadora dos agentes, na comercialização dos insumos e dos produtos e nos controles de produção que até então eram feitos pelo governo, entre outras tarefas, via IAA.

Para efetivar essa desregulamentação, o processo foi gradativo, caracterizando-se por vários adiamentos da liberação dos preços dos produtos e do sistema de cotas. O sistema de preços liberados só ocorreu de fato em 1999 (Moraes, 2000; Vian, 2003).

O caráter descentralizado do setor tornou necessária a criação de instituições como a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA) e a ampliação da ação das Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), entre outras, que foram criadas na tentativa de gerar uma maior articulação entre os produtores de açúcar e álcool, já que com a desregulamentação do setor as informações tornaram-se dispersas. Este processo foi cheio de altos e baixos e de idas e vindas. O adiamento das medidas foi fato constante, refletindo o poder político de grupos econômicos que não concordavam com a desregulamentação e dos que desejam a mesma para poder efetivar seu potencial de crescimento e investimento.

A partir do final da década de 1990, o setor sucroalcooleiro tornou-se independente e tem a oportunidade de vivenciar os benefícios/malefícios da liberalização do setor, por isso o presente estudo traz, historicamente, os reflexos de todo o processo de desenvolvimento/desregulamentação deste setor, analisando as mudanças na mídia voltada para este setor.

Os impactos da desregulamentação nas estratégias competitivas e nas formas de organização de interesses no setor foram bem tratadas em diversas obras, como Vian (2003), Moraes (2000) Moraes e Shikida (2002), entre outras, resta, assim, tratar melhor da questão da geração e difusão de informações sobre o setor e do surgimento desta atividade com finalidades comerciais.

Após breve retrospectiva acima, o item 2 será dedicado à análise detalhada das publicações voltadas ao setor, ressaltando o caráter de cada uma delas em relação à conjuntura do segmento e seus impactos em termos de difusão de informações para os agentes e dos seus impactos em termos de pesquisa acadêmica.

III. Análise da Evolução das publicações voltadas ao Complexo Canavieiro.

O item anterior deixou claro que vários trabalhos estudaram a regulação e a desregulamentação no setor sucroalcooleiro brasileiro, com ênfase nas mudanças produtivas e comerciais, mas a importância dada às transformações da mídia destinada ao complexo não foram aprofundadas e seus impacto em termos de difusão de informação não foram analisados.

Ressaltou-se acima que o Complexo Canavieiro a partir de 1933 foi controlado pelo Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Entre as funções iniciais deste órgão governamental, podemos citar a determinação dos limites de produção de álcool e açúcar de cada usina (Azana, 2000), para assegurar o equilíbrio do mercado interno e também fomentar a fabricação de álcool anidro mediante a instalação de destilarias nos pontos centrais mais aconselháveis (Szmrecsányi, 1979, p. 180). Estas funções básicas obrigaram o IAA a veicular informações para os agentes do Complexo Canavieiro, contendo as cotas de produção, preços, legislação pertinente, artigos técnicos, etc.

Como órgão estatal, o IAA tinha o total controle dos aspectos econômicos, pois qualquer tipo de informação ou inovações na produção, fosse ela em números ou em pesquisas, deveria ser obrigatoriamente aprovada pelo mesmo e eram difundidos em suas publicações. O IAA só começou a dividir esta tarefa com a Copersucar nos anos 70, sendo que a última tem um caráter apenas de geração de tecnologia, deixando a difusão em um âmbito mais restrito, o de seus associados. (Vian, 2003).

A criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar, o Planalsucar, que visava melhorar os índices de produtividade e na modernização tecnológica, tanto agrícola quanto industrial. A Revista Brasil Açucareiro foi o principal veículo de difusão das pesquisas deste órgão para o complexo como um todo.

O IAA deu início as publicações do *Anuário Açucareiro* e do *Brasil Açucareiro*, em 1935. O primeiro volume do *Brasil Açucareiro* trouxe artigos de especialistas do órgão, sejam funcionários concursados ou não, para estudar mais profundamente os problemas técnicos e econômicos do setor. Como exemplo podemos citar artigos como “A produção de álcool anidro em larga escala”, “A indústria açucareira no Brasil depois de 1928-29”, “Crédito Bancário e produção açucareira na Argentina” (todos retirados da primeira edição do Brasil Açucareiro, em 1935) entre outros textos e crônicas internacionais.

As informações contidas nestes textos vão desde estatísticas previamente estudadas por estes especialistas às projeções legais do complexo canavieiro, tais como cotas de produção e de exportação, legislação específica, projeções de safra, etc. As notas, como eram comumente chamadas, são embasadas e comprovadas por experimentos científicos citados dentro destes; o nível técnico e a veracidade são incontestáveis, já que as fontes e as pesquisas em si são demonstradas dentre destes artigos.

Estudos científicos e artigos de opinião são rigorosamente fornecidos em todas as edições do Brasil Açucareiro. Essa gama de informações podia ser facilmente adquirida através do órgão, para que os profissionais deste setor se mantivessem técnica e economicamente informados dos acontecimentos ocorridos dentro do setor, havendo assim uma difusão ampla da informação. Deste modo, o IAA promovia a difusão de tecnologia e de informações essenciais ao gerenciamento estratégico das empresas, sem privilegiar determinados segmentos. A adoção ou não da tecnologia era decisão das empresas, mas a informação estava disponível.

O *Anuário Açucareiro*, que também teve a sua primeira edição publicada em 1935, também trazia dados técnicos e, principalmente, econômicos, tais como a produção e

exportação de açúcar, consumo *per capita* e artigos como “*O açúcar na formação econômica do Brasil*”.

Um fator relevante é a questão publicitária dentro desses informativos. A discricção, tanto em números como em formatos, é evidente, pois temos a sensação de que a principal função era a informação em si, ou seja, que ela fosse transmitida para os profissionais do setor. Na própria introdução e apresentação dos informativos somos esclarecidos os objetivos destes, que são ditas como: “(...) *Aumentar o poder de conhecimento dos profissionais do setor, para que estes possam torná-lo mais produtivo e eficiente (...)*”. Esta citação deixa claro que o IAA pretendia difundir a informações e o conhecimento para todos os agentes, tornando-a pública e acessível.

Pode-se encontrar propagandas de usinas e empresas como Caterpillar e Dedini, que são, até hoje, fornecedoras de máquinas para as unidades do setor. Mas essa publicidade limita-se aos produtos que a empresa em questão fornecia, tais como as colheitadeiras da Caterpillar ou as moendas da Dedini. Mas aqui o caráter de difusão de informação também está presente, pois os anúncios garantiam que todas as empresas teriam acesso à informação de lançamento de novas tecnologias. Deste modo, a análise dos anuários permite fazer considerações sobre a estrutura do Complexo Canavieiro ao longo.

Outra importância do Anuário e também do Brasil Açucareiro era a divulgação das leis que regulamentavam o setor: quaisquer mudanças no regimento do complexo ou no sistema de cotas eram veiculadas por estes informativos. As leis eram atualizadas para os profissionais do setor em todas as edições destas publicações, garantindo ampla difusão de todos os aspectos legais e que todas as empresas teriam conhecimento dos mesmos e por isso não agiriam fora da legislação.

Havia uma seção exclusiva para a legislação referente ao complexo açucareiro. Naquele momento, a publicação destas leis era crucial para o setor já que ele era regulamentado pelo Governo Federal, tanto na produção quanto na comercialização dos produtos; qualquer mudança na produção de cotas ou comercialização era do interesse dos agentes do complexo. Veremos adiante que hoje em dia as associações precisam manter setores específicos de acompanhamento legal e o dispêndio com advogados é grande.

Neste período em que as informações eram transmitidas pelo IAA, a coordenação dentro do órgão fica evidente quando observamos estes informativos. A centralização do complexo, por esta visão, nos parece extremamente interessante, já que todas as informações se encontravam nestes Anuários, fossem elas técnicas ou publicitárias. A veiculação destes é uma prova da intervenção estatal no setor e de seus objetivos de controlar e difundir a informação amplamente.

O Anuário era publicado anualmente, chegando às vezes a dois volumes, caso a quantidade de informações fosse muito grande. Ao longo das décadas, a situação veio a se modificar com a instalação do Programa Nacional do Alcool. Os conflitos internos do setor eram evidentes, pois com o primeiro “Choque do Petróleo”, houve a necessidade da implantação do programa para *promover a utilização de capacidade ociosa das usinas e enfrentar os problemas do Balanço de Pagamentos (Vian, 2003)*.

O Proálcool foi o último grande plano de expansão no setor e aquele o qual acirrou a divisão no mesmo. Durante este período, tivemos a criação da SOPRAL, Sociedade dos Produtores de Alcool, que defendia a produção álcool hidratado e das destilarias autônomas e, com isso, a estimulação do ProAlcool.

A SOPRAL teve grande importância na mídia sucroalcooleira, pois foi a principal incentivadora do álcool combustível, promovendo debates e campanhas institucionais,

destacando-se também pela edição de revistas, tais como a Revista do Álcool e os Cadernos da SOPRAL. Tais publicações já demonstravam a nova estruturação do complexo, pois os artigos baseavam-se principalmente em informações que incentivassem o uso do álcool para os mais variados fins. Por outro lado elas demonstram a nova racionalidade dos agentes, que pretendiam influenciar a opinião pública para obter apoio para o álcool combustível (Vian, 2003).

Outro fator importante é o aumento da publicidade neste momento nas publicações fornecidas pela SOPRAL. A quantidade de informações tornou-se menor e é neste ponto em que temos o início das dificuldades dentro da mídia sucroalcooleira e uma mudança de paradigma da divulgação das informações.

A perda de força do Instituto de Açúcar e Álcool fez com que seus informativos perdessem importância, culminando com a extinção do *Anuário Açucareiro* e do *Brasil Açucareiro*, em 1986. A extinção dos informativos abriu espaço para a briga interna no setor entre órgãos como a Copersucar e a SOPRAL, que passaram a publicar o que lhes convinha: a primeira lutando pelo álcool como um regulador da oferta de açúcar e a segunda para que houvesse a plena expansão do Proálcool. A partir deste momento a informação passa a ter outro caráter no setor, sendo que muitos dados passam a ser sigilosos e estratégicos e por isso de difusão restrita.

Durante os anos 80, os interesses regionais específicos foram ressaltados e com eles a criação de instituições que evidenciavam o novo formato do complexo. Podemos notar neste instante a luta pela informação dentro do complexo, mostrando que o Programa não era bem aceito por alguns setores.

Neste mesmo instante deu-se início a discussão dos subsídios sobre o álcool. Tais discussões eram feitas em revistas como a Revista do Álcool e não traziam nenhuma decisão que tornasse evidente o futuro do álcool sobre este aspecto, já que as argumentações diferenciavam-se entre o governo e os agentes particulares do complexo.

Durante os anos de 1981 e 1982 a informação foi utilizada para propagar notícias como a possível falta de condições para que se mantivesse a produção alcooleira e a necessidade de expansão das destilarias; estas eram encontradas nos mais diversificados meios da mídia impressa, entre eles jornais e revistas. Podemos ressaltar a veiculação de notícias como a suspensão da exportação de álcool, a solicitação do Presidente da Petrobrás para que se reduzisse a produção de carros a álcool e a conversão de álcool anidro em hidratado. Tais informações fizeram com que o consumidor acreditasse na escassez do produto, ocasionando uma queda na venda de carros movidos a álcool, favorecendo o consumo de carros à gasolina.

Como já citado anteriormente, mesmo com a veiculação de tais notícias e esta queda no nível de consumo dos carros, o governo proporcionou medidas que retomaram o Proálcool. Também podemos encontrar neste momento, informativos com avaliações do Programa, que visavam a expansão e retomar a credibilidade dentro do mercado.

É neste momento que podemos ressaltar a importância do Estado diante das transformações no mercado sucroalcooleiro. Em um primeiro momento, o Estado exercia sua intervenção através do IAA. A relevância deste órgão é visivelmente notada ao longo dos problemas enfrentados pelo setor. Através das publicações, o Estado tentou por muitas vezes amenizar ou até mesmo ressaltar os pontos positivos deste mercado. Desta forma, indiretamente, o Estado exercia sua influência para o próprio benefício do setor canavieiro e o reerguia em momentos de crise, tais como a retomada do Proálcool.

Neste momento a Revista do Álcool foi um veículo importante de difusão de informações e críticas à Petrobrás e ao IAA, refletindo as divergências quanto à metodologia de comercialização do álcool, nível de produção de carros à álcool e à forma de intervenção no Complexo.

No início dos anos 90 com a desregulamentação do setor, teve início a descentralização das informações. Surgem neste momento diversos órgãos que visam a unificação das informações no complexo. Entre as principais instituições temos a UDOP e a ÚNICA.

Assim, é perceptível a ausência do Estado. As informações tornaram-se responsabilidades de órgãos particulares que não mais correspondem aos interesses do Estado. A carência de um órgão centralizador é visível e as atitudes já não são mais em prol do Estado, mas sim dos interesses particulares. Ao longo dos anos o Estado construiu uma importante posição tanto como meio difusor de informações quanto regulamentador do mercado sucroalcooleiro. A falta do Estado proporcionou mobilidade e independência ao setor, modificando as relações internas dos produtores e agentes do mercado, mas também trouxe uma deficiência na comunicação do setor e por muitas vezes dificultando o quadro econômico do setor.

A UDOP fornece em seu site inúmeras informações sobre cursos, meteorologia, índices econômicos, legislação, entre outros. Pode-se verificar a dificuldade em divulgar as informações no setor a partir do momento em que este foi desregulamentado. No próprio site da instituição encontramos o seguinte relato: *“Crises não faltaram. (...) a UDOP se manteve unida. Defendeu o carro a álcool em 94/95, quando se falava que o veículo não tinha mais futuro. (...)”*.

A figura representada pelo Estado é difícil de ser recomposta de um momento para o outro, visto que as informações neste momento de crise tornavam-se essenciais para que o setor, tanto internamente entre os produtores quanto externamente aos consumidores, permanecesse ativo no cenário brasileiro. Estas associações não podem exigir que as empresas forneçam certas estatísticas e muitas informações sobre tecnologia são divulgadas apenas em meios restritos. A informação se torna uma mercadoria a ser comercializada para as empresas.

Outra entidade que foi criada para tentar suprimir as conseqüências da falta de um mecanismo organizacional, foi a ÚNICA. Tal instituição tornou-se uma das principais a organizar o setor. Seus informativos mensais proporcionam aos produtores uma maior unificação nas informações. Porém não podemos esquecer de que estas informações têm cunho jornalístico e fornecem os números oficiais da produção dentro do setor. Seu site também é fonte de informação aos profissionais do ramo. Apesar da não publicação de artigos profundamente técnicos, é este órgão o mais reconhecido pela publicação de previsões sobre a safra no Centro-Sul, resultado de uma pesquisa cuidadosa pelos dados.

Outros importantes veículos de informação no setor são o JornalCana, o Anuário da Cana (ambos pertencentes ao site ProCana) e o IDEANews que trazem informações de cunho jornalístico dentro do setor. O JornalCana é uma publicação mensal que traz informações estatísticas e jornalísticas sobre o setor. A publicidade dentro deste informativo também se faz presente, visto que os anúncios mantêm estas publicações.

Também publicado pelo portal ProCana, temos o Anuário da Cana que é editado anualmente e tem como principal função, de acordo com o próprio site da publicação: *“(...) Contém dados atualizados de comunicação com as diretorias e gerências de todas as usinas e destilarias. (...) traça um perfil completo das regiões*

Centro/Sul e Norte/Nordeste com informações sobre produção, capacidade instalada, índices de produtividade, previsões de investimento e muito mais. (...). (www.jornalcana.com.br).

Outro informativo veiculado atualmente é o IDEANews que traz opiniões sobre fatos relacionados ao setor e também alguns dados estatísticos relacionados a produção canavieira do país. Tal publicação é mantida por uma empresa privada, que também é financiada pela propaganda publicada dentro da revista e que presta consultoria técnica para as usinas.

Notamos na evolução histórica do complexo canavieiro, a mudança do direcionamento dos informativos. Durante o período em que tivemos a publicação do Anuário Açucareiro e do Brasil Açucareiro, o alvo eram os técnicos do setor, pois as pesquisas realizadas e as inovações eram repassadas a todos sem custos, já que naquele momento as informações eram controladas pelo Estado e que visava que o complexo como um todo fosse favorecido pelo avanço tecnológico e pela estabilidade do mercado.

Com a desregulamentação do setor, os interesses se modificaram. As informações técnicas, científicas tornaram-se restritas àqueles que possuem condições de 'comprá-las'. A disseminação das informações não se faz mais presente, já que as empresas são independentes, para que cada uma se torne responsável na busca de maiores inovações e, conseqüentemente, de seus lucros.

O direcionamento dos informativos atuais foca muito mais a opinião em geral, para que esta se mantenha informada sobre os acontecimentos do setor, do que uma informação técnica, científica que beneficie a todos no complexo canavieiro. A comercialização esteve e continua atrelada fortemente a liberação do mercado açucareiro. As atuais publicações podem ser facilmente encontradas pelo público em geral tanto em papel quanto virtual. A evolução da Internet trouxe a facilidade para encontrarmos informações de cunho jornalístico, para compreendermos melhor o que está ocorrendo com o setor, não significando o conhecimento específico do complexo canavieiro.

Abaixo apresentamos uma tabela da evolução das publicações do setor sucroalcooleiro, tanto em conteúdo quanto em público alvo dos informativos.

Quadro 1: Evolução das Publicações no Complexo Canavieiro

Informativo	Entidade(s) Geradora(s)	Tipo de Artigo	Quem escreve	Público Alvo dos Artigos	Propagandas
<i>Brasil Açucareiro</i>	Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)	Técnico / Opiniões / Estudos / Científico / Estatísticas.	Profissionais do setor / Pesquisadores / Técnicos	Técnicos do setor	Voltadas para as usinas – Maquinários, Produtos Químicos / Produtos das usinas – Açúcar
<i>Anuário Açucareiro</i>	Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)	Técnico / Opiniões / Estatísticas	Profissionais do Setor / Pesquisadores	Técnicos do setor	Voltadas para as usinas – Maquinários, Produtos das Usinas – Açúcar / Sobre as usinas
<i>Relatórios do IAA</i>	Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)	Técnico abordando as atividades exercidas pela órgão / Científico	Profissionais do setor (do próprio Instituto)	Técnicos do setor	Ausente
<i>Revista do Alcool</i>	SOPRAL	Jornalístico	Jornalistas	Opinião Pública em Geral / Técnicos do Setor	Voltadas para as usinas – Maquinários, Transporte, Produtos Químicos
<i>Cadernos da SOPRAL</i>	SOPRAL	Opiniões / Científico	Profissionais do setor	Técnicos do setor	Ausente
<i>DATAGRO</i>	DATAGRO Publicações Ltda.	Opiniões / Estatísticas	Jornalistas	Opinião Pública em Geral / Técnicos do setor	Ausente
<i>IDEANews</i>	IDEANEWS Comunicação Ltda.	Opiniões / Estatísticas	Jornalistas, porém a revista possui consultores	Opinião Pública em Geral	Voltadas para as usinas – Maquinários, Programação, Sistema de Informação, Produtos Químicos, Informativos da Própria Empresa
<i>Canavieiro Paulista</i>	Associação dos Fornecedores de cana de Piracicaba –AFOCAPI	Científico / Opiniões	Jornalistas / Profissionais do setor	Opinião Pública em Geral	Voltadas para usinas – Produtos Químicos, Fornecedores de Cana
<i>Informativo UNICA (*)</i>	União da Agroindústria Canavieira de São Paulo	Jornalístico / Estatística	Jornalistas	Opinião Pública em Geral	Ausente
<i>JornalCana (*)</i>	ProCana Ltda.	Jornalístico	Jornalistas	Opinião Pública em Geral	Voltadas para usinas – Produtos Químicos, Maquinários
<i>Anuário da Cana (*)</i>	ProCana Ltda.	Estatístico / Comercial	Jornalistas	Opinião Pública em	Voltada para usinas

				Geral	
<i>Revista ALCOOLbrás (*)</i>	Publicações Valete Ltda.	Jornalístico	Jornalistas	Opinião Pública em Geral	Voltadas para usinas – Produtos Químicos, Maquinários
<i>STAB – Açúcar, Alcool e Subprodutos (*)</i>	Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil - STAB	Jornalístico / Estatístico / Técnico	Técnicos / Jornalistas	Opinião Pública em Geral / Técnicos do Setor	Voltadas para usinas – Produtos Químicos, Maquinários, Eventos
<i>Site UDOP</i>	Usinas e Destilarias do Oeste Paulista	Jornalístico / Estatístico	Jornalistas	Opinião Pública em Geral	Voltadas para usinas – Produtos Químicos, Maquinários, Eventos

(*) As publicações referidas possuem sites que abordam e trazem o mesmo conteúdo das revistas, muitas vezes com maiores detalhes e informações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante lembrar das tentativas fracassadas de algumas instituições públicas e privadas de criar sites de pesquisa e informação sobre o Complexo. Podemos citar como exemplo o site da Universidade Federal do Rio de Janeiro (www.infosucro.com.br), que ainda hoje continua no ar, mas com informações do ano de 2002. Outro site é o www.i4sugar.com.br, que em pouco tempo foi retirado do ar e deixou de trazer informações técnicas para os profissionais do setor. Estes casos deverão ser detalhados em um trabalho futuro.

Ressaltamos a importância atual de estudos mais aprofundados no complexo canavieiro; a boa disseminação das informações, para que estas sejam facilmente discutidas e possam trazer melhoras para o setor; a necessidade de que haja uma interlocução entre os agentes deste mercado, para que todos saiam beneficiados neste processo de inovação tecnológica que hoje nos encontramos.

IV. Agenda

O presente estudo é o início de uma jornada científica em busca de maiores informações sobre a evolução da informação voltada para o setor sucroalcooleiro. Há necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre as publicações mais antigas como o *Anuário Açucareiro* e o *Brasil Açucareiro*, para que estes sejam mais bem compreendidos. Outro fator importante é o estudo mais aprofundado dos atuais sites e publicações do setor para entender quais os motivos que impediram de que alguns projetos fossem levados adiante e que outros tenham tido sucesso.

A desregulamentação do setor é recente, desta forma não sabemos qual o provável direcionamento que a mídia impressa tomará dentro deste panorama. Por isso se faz necessário estudos que tentem unificar e levantar soluções para os possíveis problemas enfrentados na articulação do setor.

V. Conclusão

A mudança ocorrida nos últimos 60 anos no setor sucroalcooleiro trouxe grandes conseqüências para o setor, inclusive para a mídia voltada para este. É evidente a dificuldade atual em se encontrar informações técnicas, científicas e legais sobre o setor; estas existem, mas encontram-se dispersas, o que gera um outro problema. Após a desregulamentação, nenhum órgão foi capaz de centralizar pesquisas e outras informações relevantes para o setor. Por isso a importância de estudos mais aprofundados, como o citado na Agenda, é fundamental para que todos os agentes do setor estejam interligados e sejam beneficiados neste processo de inovação institucional e tecnológica; as informações devem ser de fácil acesso e com fundamentos técnicos. Se isto não for possível, ela deverá estar pelo menos sistematizada no sentido de indicar onde (revistas, sites, livros, etc.) buscar a informação.

A universidade tem papel crucial neste novo ambiente institucional: ela deve promover a unificação e o maior aprofundamento sobre todos os setores envolvidos no complexo canavieiro veiculando conhecimento e informação. O objetivo do Departamento de Administração, Economia e Sociologia da ESALQ é de futuramente criar um sistema de informação, para que o acompanhamento, a compreensão e a evolução dentro do setor sucroalcooleiro sejam facilitados.

VI. Bibliografia

- BELIK, W. Muito Além da Porteira. Série Teses. Instituto de Economia da Unicamp. 2001.
- BELIK, W; et al. Mudanças Institucionais e Seus Impactos nas Estratégias dos Capitais do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Centro-Sul do Brasil. In Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Poços de Caldas–MG. Agosto/1998.
- CASTRO SANTOS Avaliação político-institucional do Proálcool: grupos de interesse e conflito interburocrático. Planejamento e Políticas Públicas, n.1, p127-150. 1989
- CASTRO SANTOS Fragmentação e informalismo na tomada de decisão: o caso da política do álcool combustível no Brasil pós-64. Revista DADOS, Revista de Ciências Sociais, v.30, n.1. Instituto Universitário de Pesquisas. Rio de Janeiro. 1987.
- CASTRO SANTOS Política e políticas de uma energia alternativa: o caso do Proálcool. Rio de Janeiro: Notrya/ANPOCS, 1993.
- CAVES, R.; PORTER, M. From Entry Barriers to Mobility Barriers: Conjectural Decisions and Contrived Deterrence To New Competition. Quarterly Journal of Economics, v.91, n.2, p.241-61. 1977
- CHAMBERLIN, E. The economics of monopolistic competition. Mass.: Harvard University Press, 1933.
- CHANDLER JR, A.D. The visible hand: the managerial revolution in American business”. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1986.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Anuário Açucareiro. São Paulo: IAA, 1935-1986.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Brasil Açucareiro. São Paulo: IAA, 1935-1986.
- MORAES, M.A.F.D. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil. São Paulo: Caminho Editorial, 2000. 238p.
- PORTER, M. Estratégia Competitiva: técnicas para análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PORTER, M.E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897p.
- POSSAS, M. L. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985
- RAMOS, P. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec. 1999.
- RAMOS, P. Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. São Paulo, 1983. Dissertação (MS) – Fundação Getúlio Vargas.
- RAMOS, P. Agroindústria canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas..
- RESENDE, M.; BOFF, H. Concentração industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap.4.
- RUAS, D.G.G. O Processo da Concentração das unidades Industriais sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1972-1992. Tese de Doutorado. Rio Claro. UNESP. 1999
- VIAN, C. E. F., BELIK, W.; RAMOS; P. Reestruturação Produtiva, política industrial e contratações coletivas nos anos 90: As propostas dos trabalhadores: Complexo Agroindustrial Canavieiro. Campinas, SP. DESEP CUT/IE UNICAMP (mimeo).
- VIAN, C. E. F.; BELIK, W. (2002 b) – “Os Desafios Para a Reestruturação do Complexo Agroindustrial Canavieiro Do Centro-Sul”. Revista Economia, ANPEC, Volume 4, Número 1, Janeiro/Julho de 2003.
- VIAN, C.E.F. Expansão e diversificação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil - 1980/96. São Carlos, 1997. Dissertação (MS) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos
- VIAN, C.E.F. Proálcool: Um estudo sobre a transformação de uma destilaria autônoma de Álcool em usina de açúcar. In XV ENEGEP, São Carlos, 1995. Anais.
- VIAN, C.E.F. Agroindústria canavieira : estratégias competitivas e modernização. São Paulo: Átomo, 2003. 216p.
- www.infosucro.com.br
- www.jornalcana.com.br
- www.portalunica.com.br
- www.udop.com.br